

NASCIMENTO, Abdias do. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016.

Paulo César Ramos[†]

O livro *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado* foi publicado por Abdias do Nascimento, em primeira versão, no ano de 1978, pela Editora Paz e Terra, e escrito a partir de um ensaio que o autor apresentou no Segundo Festival Mundial de Artes e Culturas Negras, realizado em Lagos, Nigéria, entre 15 de janeiro e 12 de fevereiro de 1977. O desenvolvimento dos argumentos do autor, ao longo da obra, não deixa dúvidas de que um dos seus principais intentos era a denúncia do mito da democracia racial, sendo que a palavra mito designa o caráter velado do racismo brasileiro.

Na obra, que não se pretende acadêmica, Abdias expõe sua visão sobre qual é o lugar social do negro no imaginário brasileiro baseando-se em análises das explicações e documentos oficiais do Estado, da Igreja Católica, das legislações de políticas de imigrações, dos discursos presidenciais e mesmo das ideias de intérpretes do Brasil como Nina Rodrigues, Oliveira Vianna, dentre outros (NASCIMENTO, 2016, p. 62).

O foco do que Abdias considera um “*genocídio*” está na representação social do negro. Ele busca lastrear sua interpretação em dados estatísticos como os de recenseamento ou pesquisas acadêmicas para descrever as diferenças entre negros e brancos em índices, tais como taxas de mortalidade, acesso à educação, condições de moradia e emprego. Sua motivação mais patente para a denúncia do genocídio foi a extinção do quesito raça/cor do censo de 1970. De acordo com a série histórica presente no livro, desde 1872 a proporção de “negros e pardos”¹ vinha diminuindo ante a população branca – esta, por sua vez, vinha aumentando. Em 1872, os brancos eram 38,14% da população e, em 1950, chegaram a 61,66%. Os pretos passaram de 19,68% da população para 10,96% entre 1872 a 1950. No mesmo período, os pardos passaram de 42,18% a 26,54% (NASCIMENTO, 2016, p. 90). Ou seja, na leitura dele, estaria em curso uma diminuição da população negra, entendida como o somatório dos segmentos populacionais pretos e pardos. Embora em censo posterior, de 1960, houvesse uma inflexão disso², no ano de 1970, o governo militar extingue o quesito raça/cor do censo, o que para Abdias do Nascimento seria uma ação derradeira para a eliminação da população negra do Brasil.

Além disso, Abdias localizou um outro esforço discursivo de outra natureza para o apagamento do elemento negro da população brasileira a fim de “embranquecer” o país. Trata-se

[†] Doutorando em Sociologia pela Universidade de São Paulo - USP. Contato: ramos.pauloc@gmail.com

¹ No livro, os termos usados não são os mesmos utilizados atualmente. O conceito político negro é o somatório de autodeclarados pretos e pardos.

² No Censo de 1960 haveria uma diminuição pequena na proporção de brancos (61,66 para 61,0% para brancos e de 10,96 para 8,7 para pretos) e um aumento da proporção de pardos (26,54 para 29,5%).

de uma questão demográfica sobre como classificar em termos de cor/raça os filhos de uniões inter-raciais. Se os mestiços fossem aproximados e associados aos próximos dos pretos, ter-se-ia o contingente branco como minoria, porém se os mestiços fossem classificados e associados à branquitude, ocorreria o movimento inverso, enfraquecendo o quantitativo negro, como vemos na reprodução de um texto de Giorgio Mortara (apud NASCIMENTO, 2016, p. 90).

Aqueles nascidos de uniões entre pessoas de cor parda e negra são classificados como brancos; e através de reclassificações o grupo negro perde grande quantidade e ganha muito pouco, o grupo pardo ganha muito mais do que perde, e o grupo branco ganha muito e não perde nada.

Mas essa é a última evidência do “processo de racismo velado” que Abdias procura revelar, e o faz focalizando a dimensão cultural da sociedade e, em especial, da desconstrução do que chama de mito da democracia racial. Para o autor, o mito seria uma ideia destinada a apagar a real presença negra na construção do Brasil, e que funcionaria ao lado de outros mitos, como o mito do senhor benevolente, o mito do africano livre, a proibição de se discutir as questões raciais, a falsa imagem de harmonia racial que o Brasil divulga internacionalmente, o embranquecimento da cultura por meio das academias e universidades, o sincretismo (e a adulteração da ideia de persistência da cultura africana) (NASCIMENTO, 2016).

O exercício lógico da argumentação de Abdias desloca a posição do negro, que no discurso hegemônico é uma posição de um figurante, de um subalterno, de uma minoria, um infiltrado, para a posição de protagonista, de autor, autoridade e maioria. Para o autor, falar em sincretismo seria uma forma de amenizar a violenta repressão que se abateu sobre as práticas religiosas de matriz africana, assim como falar em persistência da cultura africana seria negar a participação majoritária de africanos e seus descendentes na edificação da sociedade brasileira (NASCIMENTO, 2016, p. 129). Ao mesmo tempo, o suposto africano livre do pré-abolição, mencionado pela historiografia, assim como a liberdade da pós-abolição seriam máscaras a esconder a situação de penúria e abandono da população negra.

Depois de sete anos de trabalho, o velho, o doente, o aleijado e um mutilado – aqueles que sobreviveram aos horrores da escravidão e não podiam continuar mantendo satisfatória capacidade produtiva – eram atirados na rua à própria sorte qual lixo humano indesejável; estes eram chamados de “africanos livres”. Não passava, a liberdade sob tais condições, de pura e simples forma de legalizado assassinio coletivo. As classes dirigentes e autoridades públicas praticavam a libertação dos escravos idosos, dos inválidos e dos enfermos incuráveis, sem conceder qualquer recurso, apoio, ou meio de subsistência. Em 1888, se repetiria o mesmo ato “Libertador” que a história do Brasil registra com o nome de Abolição ou de Lei Áurea, aquilo que não passou de um assassinato em massa, ou seja, a multiplicação do crime, em menor escala, dos “africanos livres”. (NASCIMENTO, 2016, p 79).

Nascimento desvenda as sutilezas discursivas da defesa do mito da democracia racial, descrevendo os contornos de violência, opressão, discriminação e preconceitos que alguns eufemis-

mos buscam esconder. É o que ocorre com a narrativa sobre a relação das mulheres negras com os senhores de escravos. “A norma consistia na exploração da africana pelo senhor escravocrata, e este fato ilustra um dos aspectos mais repugnantes do lascivo, indolente e ganancioso caráter da classe dirigente portuguesa” (NASCIMENTO, 2016, p. 73). Essa relação de exploração sexual era reportada publicamente de modo positivo graças à suposta ausência de preconceito, e seu resultado, a mestiçagem, era o trunfo civilizatório. Chamado por alguns de “intercasamento” (NASCIMENTO, 2016, p. 74), esse mito escondia uma dura realidade segregada que separava as mulheres brancas, das “mulatas” e estas das negras, no dito popular de que “Branca para casar, negra para trabalhar, mulata para fornicar” (NASCIMENTO, 2016, p. 75).

Todo este esforço argumentativo conduzido por Abdias esteve no sentido de fomentar uma versão da história do Brasil que acentue as realizações negras e que afirmasse que o Brasil é um país negro. Tal discurso tornou-se mais enfático nos anos e décadas posteriores com a ação dos movimentos negros que, de variadas formas, encamparam a agenda política de denúncia do mito da democracia racial e de busca por várias reivindicações pautadas no livro.

Portanto, o caráter do genocídio em Nascimento indica um processo distinto daquele tido como *ato*, aquele que nos faz supor o senso comum nutrido pela historiografia oficial e pela memória do nazismo. No Brasil não se apelaria a uma solução final, mas em investidas sistemáticas e de longa duração, pois revestidas por uma discursividade de harmonia. Tanto é assim que Abdias vai nomear o genocídio como um *processo*, já no título do livro, e não evita entrar em fatos que envolvem ações mais violentas por parte do Estado, como a violência policial legal ou o encarceramento em massa.

Essa face mais aguda da exclusão social da população negra associada à noção de genocídio foi utilizada pelo movimento negro somente 30 anos após o primeiro lançamento do livro de Nascimento. Dessa vez, já em tempos de políticas de igualdade racial, a ideia de genocídio veio aparecer nem como ato, nem como processo, mas como um conjunto de ações que se renovam, se espriam e se adaptam. Em outros termos, a ideia de genocídio vai ser ligada à ideia de *sistema* que concatena violência letal e racismo. Essa ligação é marcante e característica dos movimentos de juventude negra após os anos 2000, notadamente lastreada pela campanha “Contra o Genocídio da Juventude Negra”, em 2007. Essa articulação semântica – de resignificação –, política – de aliança e organização –, deita raízes nos protestos contra a violência policial presente na fundação do Movimento Negro Unificado (MNU), no movimento *Hip Hop* emergente dos anos 1980/90 e na galopante taxa de homicídios ostentada pelo Brasil nas estatísticas do início do século XXI. Essa será a tônica da gramática negra do último período democrático. Por essa razão, o livro de Abdias do Nascimento continua tão atual.